

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 534.857 - SC (2019/0283403-0)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : JULIANO DAMASIO MADEIRA
ADVOGADO : JULIANO DAMÁSIO MADEIRA - SC027961
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : JAIR JOSÉ FARIAS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de JAIR JOSÉ FARIAS, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina na (Apelação Criminal n. 0000636-13.2011.8.24.0009).

Extraí-se dos autos que o paciente foi condenado pelo delito tipificado no art. 89 da Lei n. 8666/93.

Foi interposta apelação perante o TJSC por ambas as partes, tendo sido parcialmente provida a da acusação para condenar o paciente também por duas outras condutas do art. 89, caput, da Lei n. 8.666/93, em acórdão assim ementado:

DELITO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. DISPENSA DE LICITAÇÃO FORA DAS HIPÓTESES PREVISTAS EM LEI (ART. 89, "CAPUT", DA LEI N. 8.666/93). FRACIONAMENTO DA COMPRA DE MADEIRA OBJETIVANDO ILIDIR O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, EM DETRIMENTO DA AMPLA PARTICIPAÇÃO DE EVENTUAIS INTERESSADOS. EFETIVA BURLA À LEI DE REGÊNCIA. RECURSO DO "PARQUET AD QUO" PARCIALMENTE PROVIDO. POSTULAÇÃO DA DEFESA. AQUISIÇÃO DE CARNE, PARA FESTA MUNICIPAL, SEM EFETIVO CERTAME LICITATÓRIO, EM VALORES ACIMA DO PREVISTO EM LEI, PARA SUA DISPENSA. ALEGADA AUSÊNCIA DE DOLO E EFETIVA LESÃO AO ERÁRIO MUNICIPAL. IRRELEVÂNCIA. OBJETIVIDADE JURÍDICA DO TIPO PENAL QUE VISA A RESGUARDAR A PROIBIDADE NO TRATO DA COISA PÚBLICA E ISONOMIA ENTRE OS FORNECEDORES. IMPOSIÇÃO LEGAL NÃO OBSERVADA. CONDENAÇÃO MANTIDA. RECURSO DO RÉU DESPROVIDO.

O recurso especial teve o seguimento negado pelo TJSC e, após o transcurso do lapso temporal para a interposição do agravo de instrumento, a secretaria certificou o trânsito em julgado.

Superior Tribunal de Justiça

Agora a defesa impetra a presente medida nesta Corte sustentando que a condenação do paciente não encontra guarida na jurisprudência dos Tribunais Superiores, porquanto escorada somente na constatação de que houve a dispensa de licitação sem que fossem observados os procedimentos exigidos pela legislação pátria e, portanto, não houve demonstração de que a conduta foi perpetrada com a finalidade de causar prejuízo ao erário, sequer demonstrado o efetivo prejuízo aos cofres públicos.

Afirma que a suspensão dos efeitos da condenação no processo deste habeas corpus possui o condão de extirpar o acréscimo de pena decorrente do reconhecimento de que o paciente ostenta maus antecedentes no processo mencionado e, em decorrência disso, suspender a execução provisória da pena que culminou na prisão do paciente.

Requer, em liminar, que se suspenda os efeitos da condenação do paciente e no mérito, seja cassada a condenação do paciente, de modo a reconhecer a atipicidade dos fatos narrados na exordial acusatória e, por conseguinte, declarar a nulidade do processo desde a denúncia e/ou absolver o paciente em razão da ausência de dolo específico.

É o relatório. Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris e do periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

A pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do Parquet.

Por tais razões, indefiro o pedido de liminar.

Oficie-se o juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no site do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.
Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

